A problemática do descarte de medicamentos vencidos e em desuso no Brasil

Com o avanço das pesquisas científicas, os medicamentos passaram a ser desenvolvidos de forma mais rápida e eficaz e isso fez com que o acesso aos fármacos por parte da população também fosse facilitado. Porém, a população, ao ter livre acesso aos diversos tipos de medicamentos, passou a armazená-los em casa, de modo que muitos desses medicamentos precisam ser descartados posteriormente, por estarem com o prazo de validade vencido e/ou não serem mais necessários ao usuário. Então, o descarte de medicamentos passa a ser um problema quando feito de forma inadequada, gerando problemas que podem impactar o meio ambiente e/ou a saúde das pessoas que entram em contato com os resíduos desses fármacos.

De acordo com o Conselho Nacional de Saúde, o Brasil está entre os dez países que mais consomem medicamento no mundo. Além disso, segundo o estudo publicado pelo periódico *Brazilian Journal of Surgery and Clinical* Research (BJSCR), cerca de 20% dos medicamentos que são descartados, no Brasil, acaba no lixo comum ou nas redes de esgoto. Este é um dado preocupante, pois esse descarte inadequado leva a uma série de implicações, como: contaminação de águas superficiais – lagos, rios, oceanos -, lençóis freáticos, solos e águas subterrâneas, ademais, durante o processo de tratamento de esgotos algumas substâncias não são totalmente removidas. A presença de medicamentos na água é preocupante, pois a presença de antibióticos, por exemplo, pode levar ao surgimento de bactérias potencialmente resistentes a essas substâncias. Ainda, o descarte desses resíduos no lixo comum pode comprometer a saúde dos catadores de materiais recicláveis que, direta ou indiretamente, entrarão em contato com as substâncias desses resíduos. Vale salientar que em alguns casos, esses catadores podem fazer uso dessas substâncias com objetivo terapêutico, o que pode ser ainda mais prejudicial, podendo levar a um processo de intoxicação, causar reações adversas e, em casos mais extremos, óbito.

Além da facilidade de aquisição de medicamentos nas farmácias do país, a falta de venda fracionada e a distribuição de amostras grátis por parte dos laboratórios também são agravantes. Nestes casos, as pessoas passam a armazenar os restos dos medicamentos em casa, levando ao vencimento destes e, consequentemente, ao descarte, que é, em grande parte das vezes, realizado de forma incorreta. Diante disso, o que torna a situação ainda mais crítica é o fato de não haver uma política ou programas que tratem especificamente do descarte de medicamentos dos domicílios. Além do mais, em um estudo realizado por Chaves et al., em 2015, foi possível notar que há relação entre o nível de escolaridade dos indivíduos e o descarte inadequado de medicamentos, isso demonstra que informar e educar a população nesse aspecto é importante.

Para além dos medicamentos utilizados nos domicílios, existem também os medicamentos que são utilizados dentro dos serviços de saúde. Entretanto, diferentemente do primeiro caso, existem regulamentações para orientar como deve ser realizado o descarte dos resíduos gerados nos estabelecimentos de saúde. Todos gerador de Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) deve desenvolver seu Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS), no qual deve estar descrito tudo aquilo que esteja relacionado ao manejo dos resíduos sólidos, desde a geração até a disposição final. Diante do exposto, é possível inferir que os medicamentos utilizados dentro dos serviços de saúde são eliminados de maneira mais correta, uma vez que existem regulamentações para tal.

Nesse sentido, percebe-se que há uma falha na legislação e nas políticas do país quanto às orientações para a eliminação de resíduos de fármacos presentes nos domicílios. Essa lacuna precisa então ser preenchida, de modo que a saúde da população e a preservação do meio ambiente não sejam prejudicadas por ela. Para atenuar tal problemática o decreto nº 10.388, de 5 de junho de 2020, instituiu "o sistema de logística reversa de medicamentos domiciliares vencidos ou em desuso, de uso humano, industrializados e manipulados, e de suas embalagens após o descarte pelos consumidores". No sistema de logística reversa os resíduos retornam ao setor empresarial, podendo ser reaproveitados ou destinados de forma ambientalmente segura. Todavia, para que essa medida seja eficiente é preciso que sejam instituídos mais pontos de coleta para receber esses medicamentos, e as pessoas precisam ser instruídas quanto à necessidade e importância de eliminar os medicamentos de maneira adequada.

Outrossim, os meios de veiculação de informações precisam ser utilizados para que as pessoas sejam informadas quanto ao assunto em questão. Dentre os meios de comunicação existentes, a mídia tem um papel essencial, uma vez que a TV tem uma audiência ampla e diversificada, exercendo grande influência sobre a população. Ademais, as redes sociais também têm sido bastante utilizadas pelos internautas, que podem ser informados por meio delas. Ainda, nas consultas os profissionais de saúde devem orientar seus pacientes quanto à importância de realizar o descarte correto de medicamentos, além de prescrever a quantidade adequada de fármacos, para que os pacientes não passem a ter estoque desses medicamentos em seus domicílios, colaborando, assim, com o bem estar da população e a preservação do meio ambiente.

O descarte inadequado de medicamentos é um problema no Brasil, essa problemática causa impactos ambientais, sociais e compromete, direta ou indiretamente, a saúde da população. Dessa forma, cabe ao Poder Público instaurar medidas que sejam efetivas, a fim de solucionar esse impasse, além disso, a intensificação das medidas já existentes também configura um papel

muito importante para que esse problema seja atenuado. Vale destacar que essa problemática deve ser solucionada por meio de esforços econômicos, políticos e da participação social.

A relação entre desenvolvimento econômico e as doenças ambientais

O desenvolvimento econômico que tem permeado o mundo nos últimos anos tem feito com que, por meio da tecnologia, o acesso à informação e à comunicação seja facilitado. Além disso, se locomover de uma cidade à outra nunca foi tão rápido e prático, hoje, é possível pegar um carro, um ônibus ou, até mesmo, um avião, e chegar ao seu destino em questão de minutos. Porém, todo esse desenvolvimento traz consigo consequências que podem não ser vantajosas, e dentre essas consequências estão as doenças ambientais.

De acordo com o relatório disponibilizado pela OMS, em 2012, cerca de 25% das mortes no mundo estavam relacionadas a fatores ambientais. Este dado é bastante expressivo e deve ser considerado, pois, uma vez que o desenvolvimento econômico vem crescendo, as doenças ambientais podem aumentar, logo, medidas devem ser tomadas a fim de atenuar os impactos ao meio ambiente. Dentre esses impactos pode-se citar: a poluição do ar e das águas, a proliferação de doenças infecciosas e emergentes, a poluição do solo, as mudanças climáticas.

Com a chegada dos veículos movidos por meio de combustível houve um aumento expressivo da poluição atmosférica, provocando aumento do buraco na camada de ozônio, e causando doenças respiratórias devido à poluição do ar. Com o aumento do buraco na camada de ozônio, há, por consequência, maior incidência de radiação ultravioleta do tipo B, uma vez que a camada de ozônio atua como um filtro natural, de modo a barrar grande parte dessa radiação nociva do sol. Ao entrar em contato com essa radiação, o indivíduo pode vir a desenvolver câncer de pele, além de ter a possibilidade de ter seu sistema imunológico suprimido e sua visão danificada, por isso, a manutenção da camada de ozônio é um dos importantes fatores ambientais e está diretamente relacionada à qualidade de vida dos indivíduos. Além disso, a poluição pode causar doenças respiratórias, pois as substâncias presentes na poluição podem ser extremamente nocivas a alguns componentes do sistema respiratório – como os cílios -, provocando inflamações e comprometendo esse sistema que é essencial para a manutenção da saúde.

Ademais, a facilidade de locomoção faz com que as pessoas se desloquem para cidades, estados e países diferentes. Isso pode fazer com que doenças infecciosas e emergentes sejam disseminadas facilmente. Para exemplificar pode-se citar o vírus da COVID-19, que teve origem em Wuhan, na China, e rapidamente se espalhou por todo o mundo, no ano de 2020, causando uma série de mortes e comprometendo a saúde de muitas pessoas. Além desse fato, doenças que outrora foram erradicadas em alguns países podem surgir novamente devido a essa facilidade de locomoção, pois uma vez que um indivíduo viaje para determinado país e contraia tal moléstia, ele pode

voltar ao seu país de origem acometido por essa doença e iniciar um processo de transmissão.

A falta de saneamento básico também é um fator determinante na saúde dos indivíduos de uma população. Pois, a falta de acesso à água tratada pode fazer com que os indivíduos contraiam uma série de doenças originadas do contato com os microrganismos presentes nessa água e/ou doenças advindas da ingestão de água contaminada, dentre as quais estão a cólera e a hepatite B, por exemplo. Há ainda a leptospirose, que é uma doença causada por uma bactéria presente na urina de ratos de esgoto e configura um problema grave de saúde pública quando acomete idosos, gestantes e crianças. Essa doença acomete principalmente pessoas que vivem em condições insalubres, sem acesso a saneamento básico, com moradias precárias e que têm contato com os dejetos de ratos contaminados, ou seja, está diretamente relacionada às condições socioeconômicas.

Vale reiterar que o desenvolvimento econômico tem forte vínculo com o meio ambiente e a saúde, pois, em casos de desmatamento de áreas para expansão agrícola, por exemplo, pode haver o deslocamento de vetores, que outrora viviam no interior das matas, para outros locais, podendo atingir a população mais próxima da área, levando consigo vírus e outros organismos patogenéticos. Além do mais, essa população, ao ser contaminada, pode desencadear uma transmissão do vírus para outros locais, o que acarretará em um grave problema de saúde pública.

Outra característica do desenvolvimento econômico é a aceleração dos meios de produção agrícola ao utilizar agrotóxicos, e o Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo. Esse dado é alarmante, uma vez que os agrotóxicos podem contaminar reservatórios de água, rios e afins, causando interferência nos organismos e na flora aquáticos. Ainda, o consumo de alimentos que contenham agrotóxicos pode causar intoxicação e, dependendo do nível de consumo, pode levar ao óbito. Também, o contato frequente com essa substância pode causar alterações celulares que causarão, por consequência, alguns tipos de cânceres.

Diante do exposto, faz-se necessário tomar medidas para solucionar a problemática da doença ambiental. Sabe-se que a ascensão econômica é crescente e tem sua importância, porém, ela deve ser baseada em medidas que levem em conta a saúde ambiental. Para isso, cabe ao Poder Público a implementação de medidas que visem atenuar os impactos causados ao meio ambiente, como, por exemplo, a racionalização do uso de agrotóxicos na atividade agrícola e o aumento do acesso à água tratada. Outrossim, as pessoas devem ser conscientizadas quanto ao uso de produtos que agridam a camada de ozônio, como o uso de aerossóis e veículos movidos a combustíveis fósseis. Dessa forma, a ascensão econômica pode progredir de

forma a não acometer de forma expressiva o meio ambiente, proporcionando a manutenção da saúde ambiental das gerações atuais e futuras.

SUS – Sistema Único de Saúde: aplicação dos princípios e diretrizes pelas equipes de saúde

O Sistema Único de Saúde – SUS – é no mundo um dos mais completos sistemas de saúde, isso porque leva em conta o indivíduo, suas particularidades, sua família, sua comunidade e o seu cuidado. Além disso, é um sistema de saúde para todos, com integralidade e justiça. Para que o SUS consiga assistir a toda a população, ele é regulamentado e guiado por meio de princípios e diretrizes que devem ser aplicados pelas equipes de saúde. Porém, a aplicação desses princípios pode ser uma tarefa difícil, muitas vezes não alcançando o resultado desejado, pois, em se tratando de um serviço público de saúde e amplo, como o SUS, existe uma série de fatores que pode interferir no seu funcionamento, como, por exemplo, a falta de recursos.

Os princípios do SUS são: universalidade, equidade, integralidade, descentralização e controle social. A universalidade consiste em estabelecer que todos os brasileiros têm direito à saúde e aos serviços de saúde que necessitam, independente da complexidade, custo ou atividade. Esse princípio é cumprido pelas equipes de saúde, tendo em vista que o atendimento é oferecido a todas as pessoas, sem distinção. O princípio da equidade é um princípio que envolve solidariedade, generosidade e convivência entre diferentes e diferenças. Não é igualdade, mas consiste em tratar diferente, pessoas diferentes, para que tenham direitos iguais. As equipes de saúde, ao tratar o indivíduo levando em conta suas idiossincrasias, se esforçam para promover a aplicação desse princípio. Como exemplo tem-se a promoção da acessibilidade para pacientes que têm necessidades especiais, como os cadeirantes, dessa forma, eles são tratados de acordo com suas necessidades, para que tenham direitos iguais. O terceiro princípio supracitado é o princípio da integralidade, que significa que os serviços vão estar integrados, ou seja, funcionando em rede. Por esse princípio, o serviço precisa oferecer desde orientações sobre como escovar os dentes, até cirurgia de transplante de coração, por exemplo. No entanto, apesar de o SUS oferecer os mais diversos serviços de saúde, as equipes de saúde não conseguem oferecê-los a toda e qualquer pessoa de forma direta, uma vez que os procedimentos mais complexos são realizados em locais mais estruturados, fazendo com que as pessoas tenham que se deslocar para realizá-los. A migração em si não é um problema, visto que o Sistema oferece meios de transporte gratuitos aos pacientes, mas alguns pacientes - como os oncológicos em estágio mais avançado - se encontram em estados debilitados de saúde e a viagem pode agravar essa condição, logo, se as equipes de saúde locais oferecessem esses serviços, seria mais vantajoso. O princípio da descentralização estabelece que o atendimento deve estar fora do centro, próximo de todas as pessoas, é isso que faz o SUS estar em todos os lugares. Esse princípio é empregado em muitos locais, mas em algumas regiões as Unidades Básicas de Saúde (UBS) se concentram em áreas mais urbanizadas, fazendo com que a população da zona rural tenha que se deslocar para conseguir ser atendida, dessa forma, a equipe de saúde não consegue estar tão próxima das pessoas. Todavia, alguns profissionais, quando necessário, se deslocam para essas áreas e realizam atendimento domiciliar a alguns pacientes, mas apenas em casos

excepcionais. O último princípio é o princípio do controle social, ele garante a participação popular no processo de construção do SUS para, assim, decidir sobre o funcionamento dos serviços de saúde. As equipes de saúde garantem a aplicação desse princípio ao integrarem representantes da população local em seus conselhos, a fim de discutirem sobre como se dará o funcionamento dos serviços de saúde daquele local.

Ainda, a portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017, no Art. 3º, estabelece as diretrizes do SUS e da RAS a serem operacionalizados na Atenção Básica, a saber: regionalização e hierarquização, territorialização, população adscrita, cuidado centrado na pessoa, resolutividade, longitudinalidade do cuidado, coordenação do cuidado, ordenação da rede e participação da comunidade. Todas as diretrizes supracitadas são, de certa forma, aplicadas pelas equipes de saúde, entretanto, devido à falta de recursos e investimentos em algumas áreas, a aplicação não pode ser feita como desejado. A resolutividade, por exemplo, muitas vezes não pode ser cumprida, tendo em vista que algumas enfermidades não podem ser tratadas somente pelas equipes de saúde locais, logo, o paciente não consegue voltar para casa com o tratamento já iniciado e, em alguns casos, não é possível que o paciente volte para casa até mesmo com o diagnóstico da doença. Isso se deve ao fato de os profissionais da Rede de Atenção Básica, em alguns locais, contarem apenas com instrumentos simples de diagnóstico, não dispondo de aparelhos de raios-x, por exemplo, o que seria necessário para diagnóstico de determinadas moléstias. Para resolver essa problemática, o aumento dos investimentos para a área da saúde é essencial. Vale salientar que uma atenção básica resolutiva é capaz de resolver grande parte dos problemas de saúde presentes em uma população, reduzindo o agravamento de doenças crônicas e outras condições, sendo assim, proporcionar a resolutividade é essencial para não haver sobrecarga no sistema e garantir melhores condições de vida para os indivíduos.

Segundo o Conselho Nacional de Saúde (CNS), desde a aprovação da Emenda Constitucional (EC) 95, em dezembro de 2016, o orçamento para a Saúde tem sofrido uma diminuição significativa, pois, somente no ano de 2019, houve uma perda de R$ 20 bilhões na área. Isso é preocupante, pois, uma vez que as equipes de saúde não conseguem atender a todas as demandas da população por falta de investimento, o Governo deveria proporcionar ao Sistema de Saúde maiores investimentos, para que, assim, o Sistema se estruturasse e, consequentemente, houvesse uma melhoria nos atendimentos e na saúde das pessoas. Nesse sentido, o aumento dos investimentos para a área da saúde é essencial para a melhoria do atendimento, logo, faz-se necessário que o Governo, em parceria com o Ministério da Saúde, busque medidas efetivas para que isso seja oferecido. Os investimentos devem proporcionar, além de aparelhos e materiais de qualidade para os profissionais, a criação de novas UBS, para que as pessoas tenham maior acesso aos serviços de saúde. Ainda, muitos profissionais contam com baixo salários que são, em muitos casos, incoerentes com o tipo de serviço prestado, havendo, então, a necessidade de investimentos para que seja solucionado esse problema. Dessa forma, as equipes de saúde farão com maior eficácia a

aplicação dos princípios e diretrizes do SUS, garantindo, desse modo, o bem estar da população.